



Retranca

ANO III - Nº 6 - 28 a 30 de abril de 1989

Edição especial

Orgão Oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Piauí

IV Encontro Estadual de Jornalistas

28 a 30 Abril. Auditório do SESI

Participação do estudante teve grande incentivo

Ao elaborar o IV Encontro Estadual de Jornalistas, o Sindicato teve como uma das suas preocupações primordiais a participação dos estudantes de Comunicação Social da Universidade Federal do Piauí. A preocupação se justifica no fato de que os futuros jornalistas já têm que começar a se engajar nas discussões mais amplas sobre a profissão e sobre a vida do Sinjopi. Depois de discutida e aprovada a programação do IV Encontro de Jornalistas, o próprio presidente do Sindicato Kenard Kruei, foi à Universidade distribuir os cartazes e convites para os estudantes. O Centro Acadêmico de Comunicação Social ficou encarregado das inscrições dos interessados.



Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Piauí

Troféu Velho Monge para os melhores de 88

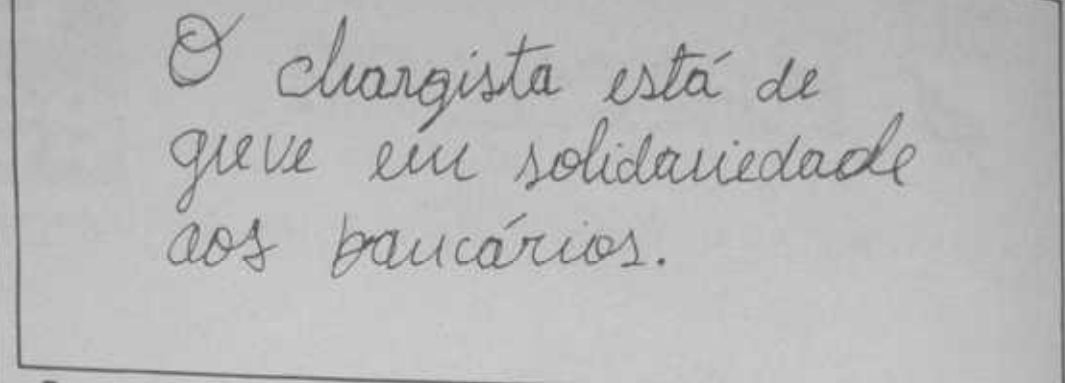
A direção da TV Timon, em colaboração com o Sindicato dos Jornalistas, instituiu o prêmio Troféu Velho Monge para premiar as melhores reportagens veiculadas nos meios de comunicação do Estado (jornal, rádio e TV) no ano de 1988. Paulo Guimarães (diretor-presidente da TV Timon) e o jornalista Luiz Fernando Imediato (diretor executivo do Sistema Brasileiro de Televisão-SBT) farão a entrega do "Troféu Velho Monge", criação do jornalista Paulo Moura, aos agraciados, na Festa de Comunicação, dia 30, no Jockey Clube do Piauí, por ocasião do encerramento do IV Encontro Estadual de Jornalistas.

Diretoria e Base

Completamos 30 anos de Sindicato. E a categoria ganhando mal, trabalhando em péssimas condições. Precisamos mudar esta situação. Urge que tomemos consciência de que somos uma força poderosa e que não podemos mais viver, ou melhor, sobreviver sob migalhas.

O Sindicato, insistimos, é formado por todos os seus associados. E todos, não somente o presidente, ou a diretoria, são responsáveis para que mudemos esta situação atual.

Não pergunte por aumento. Lute por ele. Não pergunte por melhores condições de trabalho. Lute por elas. Juntos. Diretoria e base.



A esperança em meio à crise

Companheiros,

O IV Encontro Estadual de Jornalistas do Piauí se realiza numa conjuntura política, social, econômica e institucional difícil. Vivemos aquele momento em que todos tendem a afirmar a instauração da desesperança. Além disso, da busca do narcisismo que poderá levar-nos para a concepção coletiva da "razão cínica", conforme Jurandi Freire, que contraditoriamente nos conduz para isolamento do "eu narcísico", onde o indivíduo procura tirar proveito de tudo em benefício individual. Crise econômica, com o Plano Verão fracassado; crise política, com os descaminhos dos partidos políticos sem possibilitarem os rumos para o país, às vésperas de uma eleição presidencial; crise moral, onde se perdeu a possibilidade de um comportamento ético sadio, que desacre-

dite a corrupção, a fraude e falta de vergonha. A presença nociva do capital estrangeiro determinando mais uma vez a nossa vida. Crise institucional com o desgoverno da Nova República.

Apesar dessa situação de iminente caos, estamos reunidos para discutir a conjuntura brasileira, a história de nossa entidade sindical, o papel social do jornalista, a liberdade de imprensa no Piauí, os meios de comunicação social e a Nova Constituição Estadual. Será um momento de nós, jornalistas e estudantes de comunicação, fazermos uma auto-análise, uma introspecção em nossas vidas para apontarmos nossos rumos e, sobretudo, para reafirmar nossa função social, direcionarmos a ação para recuperação da cidadania e criarmos, com o nosso trabalho, a possibilidade de mudanças. É necessário estarmos atentos para esse momento; momento em que um

desgoverno não aponta saída, em que os políticos se omitem de seu papel, em que os trabalhadores em geral partem para a luta explícita por melhores salários, apontando para uma ação política no rumo de transformação substanciais, com as greves justas que se espalham e tendem a aumentar em todo o país. É esse o momento para refletirmos.

O IV Encontro tem essa tarefa e se dá, também às vésperas de atingirmos 30 anos de existência e luta, onde nossa entidade, através da história, vem se impondo na busca da consolidação de um projeto profissional. O Encontro termina no raiar do 1º de Maio, quando todos os trabalhadores estarão nas ruas, manifestando-se diante da conjuntura e fortalecendo suas reivindicações ao governo e aos empresários.

RETRANCA

Órgão Oficial de Divulgação dos Jornalistas Profissionais do Estado do Piauí.

Diretor-Responsável: Kenard Kruel
Editor: Luiz Brandão
Revisor: Rodrigues
Diagramador: Marlon Teixeira

DIRETORIA

Kenard Kruel
 Chico Viana
 Luis Soares Brandão
 Zózimo Tavares Mendes
 Maria da Penha Feitosa
 Paulo Oliveira Fontinele

SUPLENTES

Francisco Clóvis Barata
 José Wagner dos Santos
 Ednaldo Vieira da Silva
 Wellington Cardoso Lima
 Baimundo Gomes da Silva
 Aluisio Marcos de Araújo Lopes

CONSELHO FISCAL

Luiz Carlos Jorge de Oliveira
 Magnus Martins Pinheiro
 Carlos Seid

SUPLENTES

José Raimundo Marinho
 Weyden Cunha e Silva
 José de Arimatéia Azevedo

DELEGADOS REPRESENTANTES/FENAJ

Roberto Jonh Gonçalves da Silva
 Gilberto Félix de Sousa Melo

SUPLENTES

Magno Cezareira Alves Viana
 Francisco de Paula Almeida Oliveira Filho

Redação: Rua Desembargador Freitas
 1408/ Centro Fone: 222-0406 CEP
 64.000

Governo prepara golpe contra trabalhadores

O governo começou a se armar ontem para decretar o Estado de Defesa nos Estados e Municípios onde as greves saíram do controle das lideranças sindicais e colocam em risco a ordem pública. Essa é a opção mais drástica em exame pelo presidente José Sarney que decidiu encaminhar imediatamente ao Congresso Nacional a medida provisória Nº 50, disciplinando o exercício do direito de greve.

O Estado de Defesa, previsto na nova Constituição, substitui o Estado de Emergência, usado quando também se aproximava de seu final o governo do general João Figueiredo. Para decretá-lo, Sarney precisa, antes, ouvir o Conselho de Defesa Nacional, cujo projeto de regulamentação foi enviado ontem mesmo ao Congresso Nacional, numa prova de que está se instrumentalizan-

do, do ponto de vista legal, no caso de um enfrentamento com as greves previstas para o mês de maio. A competência do conselho é quase idêntica ao do antigo Conselho de Segurança Nacional: opina sobre declarações de guerra e dos estados de defesa, de sítio e das intervenções federais, e participam dele os presidentes da câmara e do senado, além de oito ministros.

No pronunciamento feito em cadeia de rádio e televisão, ao final de um dia de tensas reuniões no Palácio do Planalto, Sarney avisou que ninguém conturbará o país com ele no poder. "Tomarei todas as medidas necessárias. É meu o dever. Será cumprido". Segundo o presidente, as greves extrapolaram o caráter reivindicatório, transformando-se em instrumentos de luta política e baderna. "Quando se sai da lei, abrimos caminho para a força", afirmou

o presidente, relacionando os destinatários da mensagem: "os encapuçados, os predadores de piquetes, os que jogam bombas".

De acordo com uma fonte do Palácio do Planalto, os relatórios do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a manipulação das greves, assim como as perspectivas das que estão prestes a eclodir em maio, chegam a ser "assustadoras" e levaram Sarney a colocar sobre a mesa um leque de opções dramáticas para enfrentá-las, entre elas o Estado de Direito. Ao enviar a medida provisória Nº 50, Sarney trocou o trâmite normal de um projeto de lei por uma ação mais rápida; ela começa a vigorar hoje com a publicação no "Diário Oficial", embora as lideranças do congresso Nacional tivessem comunicado ontem à noite, que podem introduzir emendas.

IV Encontro Estadual de Jornalistas



PROGRAMA

- Dia 28.04.89 - Sexta-Feira**
 20 h - Abertura Oficial do IV Encontro Estadual de Jornalistas
 Local: Auditório do SESI
 Oradores: Otávio Costa - Vice-Presidente da FENAJ
 Izaez Teixeira - Secretário - Chefe da Assessoria de Imprensa e Comunicação do Governo do Estado
 José de Armatéia Azevedo - Secretário-Chefe da Assessoria de Comunicação e Avaliação da Prefeitura Municipal de Teresina
 Kenard Kruei - Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Piauí
- 22 h - Coquetel
 Local: Auditório do SESI
- Dia 29.04.89 - Sábado**
 15 h - História do Sindicato dos Jornalistas
 Expositores: Cláudio Pacheco Brasil
 A. Tio Filho
 José de Arimatéia Mesquita
- 10 h - O Papel Social do Jornalista
 Expositor: Robert John
 Debatedores: Evaldo Cunha Cirfaco
 Antonio José Medeiros
 Mediador: Larvina Ribeiro
- Dia 30.04.89 - Domingo**
 09 h - Liberdade de Imprensa no Piauí
 Expositor: Dioclecio Dantas
 Debatedores: Plamundo Rosa de Sá
 Francisco Chagas Viana
 Mediador: Ramalê Ramos
- 11 h - Os meios de Comunicação e a Nova Constituição Estadual
 Expositor: José Eduardo Pereira
 Debatedores: Kleber Eulário
 Fides Angélica Ormali
 Mediador: Pedro Alcântara do Nascimento
- 22 h - Festa da Comunicação
 Local: Jockey Clube do Piauí
 - 30 Anos de Existência do Sindicato dos Jornalistas

Regimento Interno

Capítulo 1º - Objetivo

- discutir e aprovar propostas relacionadas aos interesses da categoria jornalística piauiense.
- aprimorar a conscientização e o nível profissional do jornalista da capital e interior.
- buscar uma maior regularização do profissional no mercado de trabalho.

Capítulo 2º - Comissão organizadora

a. a Comissão Organizadora do IV Encontro Estadual de Jornalistas tem atribuições de resolver problemas que venham a ocorrer quando da realização do evento e deliberar, obedecida a hierarquia, sobre questões inerentes ao Encontro.

Capítulo 3º - Participantes

a. são participantes do IV Encontro os jornalistas, da capital e do interior, registrados nos órgãos do Ministério do Trabalho, sejam ou não filiados ao Sindicato; estudantes de Comunicação Social e pessoas ligadas a atividades jornalísticas, desde que credenciados pela Comissão Organizadora.

PARAGRAFO ÚNICO - Terão direito à voz jornalistas e estudantes da Comunicação Social, mas somente os sindicalizados poderão votar.

Capítulo 4º - Ordem dos Trabalhos.

- todas as sessões terão um moderador, que funcionará como presidente dos trabalhos.
- um secretário dos trabalhos será escolhido entre os participantes.
- os palestrantes terão no máximo 30 minutos para exporem suas idéias sobre o tema proposto.
- os debatedores terão no máximo 15 minutos para emitir sua opinião sobre os assuntos.
- os participantes terão direito a 3 minutos para se pronunciar sobre as questões. Se concederem aparte, este será descontado do seu tempo.
- cada debate não deverá ultrapassar 30 minutos.
- os trabalhos inscritos deverão versar sobre temas do IV ENCONTRO, não devendo exceder a dez laudas datilografadas em espaço dois.

Capítulo 5º - Instâncias

- as decisões do Encontro serão tomadas por maioria simples.
- são instâncias, por ordem de hierarquia da decisão: As plenárias e Comissão Diretora e Comissão Organizadora.
- todas as propostas aprovadas durante o IV ENCONTRO serão submetidas à plenária quando da apresentação do relatório final.

Imprensa no Mundo

A Secretária de Cultura, Desportos e Turismo, via Projeto Petrónio Portella, e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Piauí expõem no auditório do SESI, a exposição "Imprensa no Mundo", como parte da programação do IV Encontro Estadual de Jornalistas.

"Imprensa no Mundo" reúne exemplares de todos os jornais publicados no mundo e tem como objetivo proporcionar aos profissionais e estudantes de comunicação uma visão geral do que é feito nos meios de comunicação impressos. Na exposição há exemplares, por exemplo do "Pravda", União Soviética;

"Le Monde" e "Le Figaro", França; "The Washington Post", Estados Unidos; "Excelsior", México; "The Times", Reino Unido da Grã-Bretanha; "Die Welt", Alemanha; "El Clarin", Argentina; "A Capital", Portugal, dentre outros.

ARTES E TRASTES

A exposição "Imprensa no Mundo", após a programação do IV Encontro Estadual de Jornalistas, será mostrada na galeria de Arte do "Artes e Trastes", de propriedade do agitador cultural José Elias Arêa Leão.

Dia da Imprensa

O presidente do Sindicato dos Jornalistas, Kernard Kruei, está escrevendo uma tese para apresentar no próximo Congresso Nacional de Jornalistas, a realizar-se em agosto, em Recife, em que propõe a mudança da data de comemoração do Dia da Imprensa, atualmente 10 de setembro, para o dia 1º de junho.

Kernard Kruei explica que "não podemos mais continuar comemorando uma data, considerada o Dia da Imprensa, em cima da safra do primeiro número do órgão oficial do poder da época, na figura de D. João VI: Gazeta do Rio de Janeiro. Este jornal, que circulou no dia 10 de setembro de 1808, deu origem ao Dia da Imprensa no Brasil. Pasmem!!! Ele circulou, por ordem do Rei (Sic) para contrapor o Correio Brasiliense, do Hipólito de Sousa, que, circulando a 1 de junho de

1808, era de ataque ao Reino (Sic) instalado no país de macunaimas.

Hipólito de Sousa teve que sair do Brasil, a mando do Rei (Sic), foi para Londres e lá fazia circular o Correio Brasiliense, que entrava aqui clandestinamente para o deleito da oposição e desespero dos laçaios reais.

É necessário, portanto, que haja uma revisão na história do Dia da Imprensa. Se é para se comemorar o dia, que ele seja comemorado no dia 1 de junho, e não mais no dia 10 de setembro.

O presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Armando Rollemberg, recebeu comunicado oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Piauí e prometeu estudar o assunto, que será debatido no Congresso Nacional de Recife.

O jornalista e escritor A. Tito Filho volta a carga nas suas declarações sobre a imprensa piauiense. Analisando-a fielmente, ele traça aqui toda a trajetória do jornalismo praticado no Piauí. O Sindicato dos Jornalistas, com esta segunda parte da entrevista do mestre A. Tito Filho, pretende resgatar a memória da nossa entidade, em suas lutas para uma conquista maior dos nossos direitos. A. Tito Filho orgulha-se da imprensa piauiense e orgulha-se, ainda mais, de ter como jornalista procurado servir "o bom e querido Piauí". Em outra edição, o teremos novamente como entrevistado. Aguardem...

— **Monsenhor Sampaio** — Como surgiu a imprensa Piauiense?

1) Surgiu por necessidade social. A civilização está em constante mudança. Se o homem cria para alcançar novos processos de progresso, naturalmente que a sociedade participe da criação. Outras já se comunicava por meio de pasquins, de que os políticos se serviam para distribuir severas contra os adversários. Também o governo necessitava de publicar os seus atos de administração para conhecimento do governador. Surgiu a imprensa oficial, o primeiro passo. Adquiriu-se tipografia.

— **Ana Zeneida Castelo Branco** — Só recentemente, a partir da década de 70, a imprensa piauiense começou a operar como empresa, visando o lucro. No passado, o que motivou as pessoas a fazerem jornais? Interesses políticos, ideológicos, partidários, etc?

Fazia-se a imprensa nos velhos tempos e ainda até uns vinte anos atrás por interesses partidários, literários, ideológicos - deste último tipo quando chegaram a Teresina os moços vindos da Faculdade do Recife, formados em direito, influenciados por Tobias Barreto. Luta no início do século dos livres pensadores contra a Igreja Católica.

— **Francisco Augusto** — Como um dos pioneiros da imprensa piauiense, como o senhor situa a evolução da mesma, no que toca, no momento, o desenvolvimento, o aperfeiçoamento, as máquinas, os profissionais e o governo que vivemos?

A imprensa se fazia letra por letra. Composição vagarosa dos textos. Utilizavam-se para a impressão velhos prelos manuais, que imprimiam folha por folha. Surgiu o linotipo alugado em São Luís. Posteriormente, a partir de 1930, a Imprensa Oficial foi dotada de linotipo e prelo elétrico, que preparava quatro páginas de uma só vez. Ainda na década de 50 compunham-se os artigos letra por letra. De quase vinte anos a esta parte, tiveram início os processos modernos de fazer o jornal, e não resta dúvida de que a imprensa experimentou incalculável desenvolvimento material, iniciando-se também a profissionalização dos jornalistas. Antes jornalista trabalhava por diletantismo, sem que percebesse paga de espécie alguma. Quanto aos governos, estes não possuíam instrumentos de comunicação, nem subvencionavam jornais e jornalistas. Aguentavam as críticas pesadas e a sua defesa era feita pelos órgãos partidários. Hoje a imprensa dispõe de imensos

recursos de confecção, de publicidade, de ilustração, reclama, pois, altos lucros como empresa, inclusive dos cofres governamentais.

— **Paulo Machado** — Quais os fatores sócio-culturais que motivaram o surgimento do jornal "O PIRRALHO"? Aponte as principais características de "O PIRRALHO"?

— Desde o século passado os jornais procuraram utilizar-se de crítica irônica, mas de modo ferino, explorando até defeitos físicos dos adversários. Publicava-se versalhada de dez ou mais estrofes, ofensivas da honra e da vida particular dos cidadãos. Explorou-se muito o piadismo insosso. Eurípides de Aguiar criou um jornalismo sarcástico que muito exasperava os contrários às suas idéias. Aproveitava as coisas risíveis da pessoa, mas respeitava-lhe os sentimentos de dignidade. Teresina tinha uma imprensa de xingamentos e descomposturas, o que muito a desacreditava. Nada se respeitava, nem a vida privada da família. Havia necessidade de revolucionar esse processo cultural. O antigo O PIRRALHO havia desaparecido. Alberoni Lemos, Valdemar Sandes e eu criamos o PIRRALHO na segunda fase e nos baseamos no lema do riso castigando os costumes. Era um jornal leve, bem regido. Alberoni colhia as notícias, os aspectos negativos da cidade e dos homens, na administração e em tudo que dissesse respeito ao público. Fazia o papel de excelente repórter. Valdemar fazia os versos, eu fazia a prosa. As características do órgão estavam na linguagem simples, no extraordinário poder de síntese, na coragem de enfrentar os poderosos, na crítica bem humorada provocadora do riso. Buscávamos o ridículo dos discursos alheios, a vaidade dos tolos, os serviços negligenciados, os gestos dos arrogantes, o puxa-saquismo, os felizes de mamatas e procurávamos levar tudo isto ao ridículo. Endireitamos muita coisa e muita mentalidade. Jornalismo igual nunca se tinha feito nem se fez mais em Teresina. As edições caravalescas de "O Piralho" circulavam disputadíssimas. Saíam edições ilustradas de caricaturas também exploradoras do ridículo dos tolos.

— **Ramsés Ramos** — Fale um pouco do jornal "CIDADE DE TERESINA", de propriedade de Raimundo Ramos, no qual o senhor e outros intelectuais tiveram militância.

"Cidade de Teresina" teve grande importância. Corajoso. Sério. Excelente redação. O diretor, Raimundo Ramos, deixou marca

Entrevista: A

registrada no Jornalismo do seu tempo: jamais censurou a opinião dos confrades. Só exigia linguagem higienizada e educada.

— **Albert Piauí** — Fale sobre a atuação jornalística de Eurípides de Aguiar e em que contexto se deu.

No tempo de Eurípides de Aguiar a imprensa de nossa capital não respeitava o adversário. Ataque severos à honra dos outros, mas pessoalmente Eurípides inaugurou a imprensa popular. Os seus artigos caíam no gosto do povo. Curtos e bons. Ocupavam pouco espaço da primeira página. Não perdoava o ridículo dos adversários. Fez escola. Aplicava nos outros apelidos engraçados que ele criava com base nos modos e nos gestos dos que mereciam a sua crítica. Apenava os grandalhões aplicando-lhes tratamento grotesco. Foi um frequente ledor de Molière e Rabelais. Daí o seu jornalismo inteligente.

— **Cláudio Pacheco Brasil** — Fale sobre a sua atuação brilhante, inteligente e destemida escrevendo como oposicionista no jornal "A RESISTÊNCIA".

Cláudio Pacheco, por via de permanente estima, me atribuiu atuação brilhante, inteligente e destemida no órgão "Resistência", orientado pelo antigo Partido Social Democrático, de ação política, para combater severamente o governo Rocha Furtado e mais tarde a candidatura Eurípides de Aguiar ao governo do Piauí. Luta partidária sem tréguas. Eu escrevia quase sempre os editoriais com Edgard Nogueira, a duas mãos. Sustentei jornalismo cruento, forte, mas respeitador da honra alheia. Fiz uma das grandes reportagens da imprensa piauiense, em São Pedro do Piauí, quando, para garantias de próceres partidários, na cidade acuartelou-se força do Exército. O juiz Clóvis Alves Pereira estava ameaçado de morte. Ouvi políticos e senti o ambiente carregado. Eu era muito jovem, andava pelos 24 anos. Muito me expunha nessas atividades. Retornei a Teresina e publiquei reportagem sobre os fatos, anunciando que o juiz, no dia em que os soldados federais se retirassem do ambiente, seria morto. E assim aconteceu.

— **Roberto John** — O jornalismo piauiense foi marcado por um certo diletantismo no início. Muitas coisas mudaram de um certo tempo pra cá. Um processo de profissionalização se iniciou. Como o jornalista A. Tito Filho analisa essa transição?

Considero-a necessária e justa e muito trabalhamos por ela, ao lado de Araújo Mesquita, Rodrigues Filho e outros confrades em 1966, 1967, 1968 nas conferências e congressos jornalísticos de Curitiba, Belo Horizonte e

Porto Alegre. A profissionalização valorizou a atividade e o homem que a exerce.

— **Marcos Vilarinho** — Existe alguma diferença no trabalho dos jornalistas da geração passada e dos novos?

Acho que existe sensível diferença. Os confrades da geração passada escreviam com correção de linguagem e seguro modo de argumentar e de comentar. Havia tempo para tanto. De modo geral, os jornais circulavam uma ou duas vezes por semana. Os jornalistas atuais escrevem apressadamente. Os jornais estampam muitas falhas de redação. Os assuntos são tratados sem base na realidade histórica, sobretudo nos dias que correm, quando muito apreço se concede aos fatos e aos episódios passados. Jornal hoje é pressa e não pode esperar. Observe-se também que o jornalista hoje mais trabalha no registro dos fatos, na reportagem. Os órgãos públicos já fornecem a notícia redigida. Não há interesse público na doutrinação. Aboliu-se praticamente o vício da polêmica, o que não se verificava antigamente.

— **Alberoni Lemos Filho** — Qual a principal diferença da imprensa dos anos 50 e a de hoje?

10) Muitas as diferenças. Em 1950 os jornais viviam das lutas partidárias. Descomposturas e xingamentos tisnavam os jornais. Não havia reportagem. Cláudio Pacheco inaugurou-a na década de 30. Em 1947 inicii com Alberoni Lemos



Foto Gilson Leite



reportagens de grande aceitação. Uma delas sobre o jogo que campeava solto. A imprensa de hoje vive de fatos objetivos. Registra crimes dos humildes, esconde os poderosos. Antigamente não se lia sobre crime de ninguém, salvo por exceção.

— William Palha Dias — Qual o comportamento ideológico da imprensa piauiense da década de 50 para cá? Sua posição era determinada ou tinha uma posição mais panfletária?

Comecei a fazer jornalismo no Rio. Pouca gente se lembra de que Tibério Nunes, Virmar Soares e eu fizemos na antiga capital do Brasil o órgão "Libertação", para combater o governo dos interventores federais no Piauí em 1946. Jornalzinho valente. Vinha para Teresina nos Douglas da antiga Navegação Aérea Brasileira. No Rio fui leitor constante de Carlos Lacerda e com ele aprendi a linguagem veemente do jornalismo partidário. Não creio em jornal ideológico na imprensa do Piauí de 1950 em diante. Minha oposição era mais panfletária nos órgãos partidários. Meu clima predileto estava no oposicionismo aos governos. Sempre eu exercia papel de vigilância.

— Geraldo Magela Fortes Vasconcelos — De que maneira a imprensa piauiense influuiu na evolução de sua sociedade?

No passado um tanto remoto a nossa imprensa abrigava

noticiário local e literatura. Acessível a todos numa pequena população. No tempo de intensas paixões partidárias os jornais tinham edições disputadíssimas. Exerciam porém influência negativa no corpo social. Os administradores pecavam pela prática da violência, mas não se conheciam negócios escusos de governantes e auxiliares. Os jornais passaram a empresas de muito lucro. Escondem-se os feios negócios tramados à sombra, no Piauí. Generalizou-se a pobreza, que não pode comprar jornal e tem as notícias geralmente de crimes e desastres, de festas e forrões e solenidades de inauguração pelo rádio de pilha ou pela televisão. Teresina evoluiu materialmente na explosão demográfica. E cidade deseducada e raras são os que se dedicam ao asseio espiritual dos semelhantes.

— Nerina Castelo Branco — Cite figuras da nossa imprensa que foram e que são realmente jornalistas autênticos, sobretudo nestas últimas duas décadas. O que o senhor acha dos jornalistas improvisados?

Para citar figuras de nossa imprensa na qualidade de jornalistas autênticos, eu poderia incorrer em injustiças. São muitos e honram o jornalismo piauiense. Acho que o jornalismo improvisado é a negação do jornalista. Não se concebe que se faça jornal sem linguagem asseada e na ignorância de conhecimentos fundamentais para escrever a notícia de forma que seja respeitada a inteligência do leitor.

Clidenor de Freitas Santos — O nome dos três maiores jornalistas militantes na imprensa do Piauí e as razões porque são os superiores.

Davi Caldas, pela coragem, destemor, desprendimento, idealismo e persistência; Higino Cunha, pela cultura polinória, que lhe dava um notável poder de argumentação; e Cláudio Pacheco, pelo talento, inteligência, segurança crítica, e novos processos de fazer jornalismo. Claro que não me refiro aos que militaram de 1950 aos nossos dias.

— Magno Cerqueira Alves Viana — Como o senhor vê a criação do Curso de Comunicação Social da UFPI? O senhor acha que o diploma é importante para a nossa profissão.

Como uma vitória da classe. Não considero o diploma importante para o exercício de profissão alguma. Importante é exercer com capacidade as funções jornalísticas e cumprir os deveres profissionais.

— Paulo Moura: Existe Ética na imprensa piauiense?

Já se nota atitude de respeito recíproco por parte dos profissionais da imprensa. Ainda não se chegou a nível ideal, mas registra-se regular distância dos velhos processos de ofensas à dignidade dos colegas.

— José Fortes Filho — Como o senhor vê a intromissão da área institucional nos órgãos de comunicação?

Com os olhos da decepção. No passado o governo limitava-se à propaganda de obras e à defesa contra os ataques adversários. A imprensa com o correr dos anos passou a ser omnia na vigilância das práticas administrativas contrárias aos interesses públicos.

— Manoel Paulo Nunes — Uma entidade de defesa dos interesses da categoria jornalística tem por missão maior a defesa da liberdade de expressão que é inerente à dignidade da pessoa humana. Em 30 anos de existência, 20 dos quais sob o manto do regime autoritário, quando foram garroteadas as liberdades públicas, qual, a seu ver, a contribuição do Sindicato dos Jornalistas na luta pela defesa da liberdade de expressão em nosso país?

Desconheço a luta dos sindicatos jornalísticos brasileiros na defesa das liberdades de expressão, incluindo-se o do Piauí. Houve luta destemida e quase sempre perigosa de bravos jornalistas, alguns deles sacrificados pela violência da tortura. Mas admite-se na defesa dos sindicatos a existência de severa censura ditatorial e da violência a que podiam submeter-se os que lutassem pela liberdade.

— Pompílio Santos — Por que em 1968, em pleno AI-5, o senhor quis provar que era comunista e não conseguiu?

A pergunta foge aos objetivos deste questionário. Demonstra que o perguntador possui ressentimento injusto por notícia que nunca se passou. Não sei se o fato é de 1967, ou de 1968, mas afirmo que se deu antes do AI-5, que foi decretado em meado de dezembro de 1968. Não me moveu a intenção de provar que o perguntador fosse comunista. Abomino a delação. A verdade está em que publiquei em "Jornal do Piauí" um poema do interrogador e comentei-o para concluir que o referido poema tinha sabor comunista. se pecado pratiquei, Deus que me perdoe, mas utilizei-me de mero direito de crítica. No tempo desse movimento vitorioso de 1964, vários amigos estiveram presos no 25º BC. Mantinha eu boas relações de amizade com o comandante Façanha, que gostava de aperitivo e de vez em quando tomava pinga em minha companhia. Pedi-lhe e muito a liberdade dos acusados de comunismo, para mim simples idealistas. Não sei se Façanha me atendeu ou se atendeu a outros pedidos. Os prisioneiros foram soltos em poucos dias.

— Elvira Raulino — O senhor voltou a escrever na imprensa piauiense, assinando coluna no jornal "O DIA". O que motivou esta volta?

Voltei a escrever num jornal que ajudei a fundar somente pelo gosto de levar aos outros um pouco de minhas magras idéias a respeito da vida e mesmo de mim.

— Ana Zeneida Castelo Branco — O senhor é um dos fundadores do Sindicato dos Jornalistas, mas não está a ele filiado. Qual a razão disso?

Não pertence ao Sindicato, apesar de haver integrado algumas representações do órgão noutros Estados. Tive registro de jornalista na Delegacia do Ministério do Trabalho. Dissertem-me que esse registro perde o valor frente a nova legislação. Acho, porém, que lei alguma pode anular meu direito adquirido. Seria honroso para mim que o Sindicato aceitasse o meu antigo registro.

— Kenard Kruei — O senhor é pago para escrever, como todo profissional que se preze, ou escreve apenas por vaidade, como muitos dos que estão em nossa profissão servindo aos interesses financeiros dos patrões?

Mais uma vez se faz pergunta fora dos objetivos do questionário. Quem quiser acreditar, acredite, mas nunca recebi um centavo pela minha atividade jornalística, em qualquer tempo. Não escrevo em jornais por vaidade. Gosto do jornalismo. Vivi durante anos dentro do ofício, escrevendo jornal, fazendo jornal. Acho que no jornal me realizo inteiramente. Desconheço a serventia a interesses patronais. Jamais um diretor de jornal, e lhes faço justiça, mandou que eu adotasse atitude alguma nos meus escritos.

— Albert Piauí — Qual a participação da mulher na imprensa piauiense? É possível o senhor citar algumas que se destacaram na área jornalística?

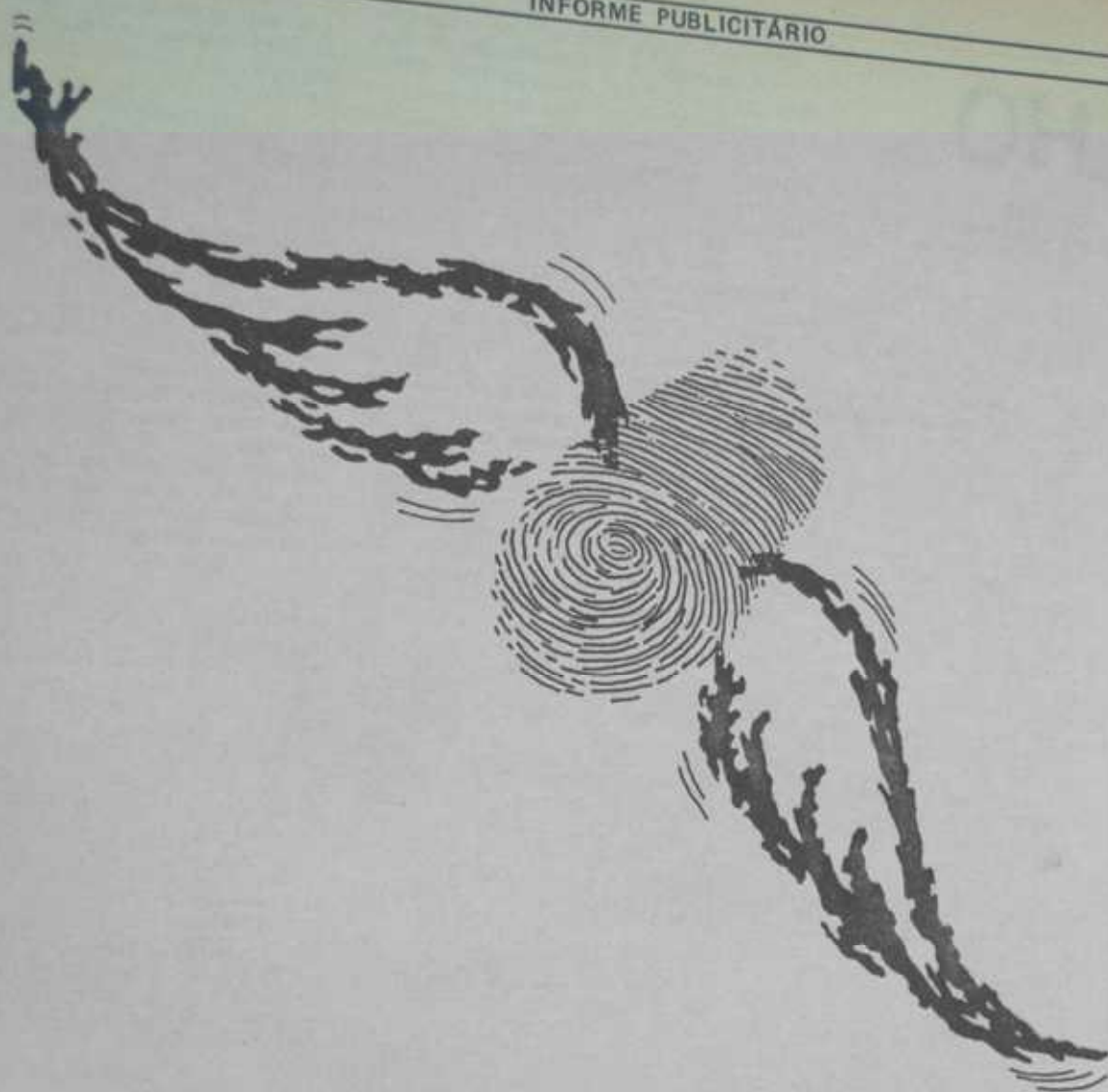
A participação da mulher na imprensa piauiense não é antiga. Considero-a brilhante e de grande devotamento. Peço perdão por não citar algumas, pois não gostaria de praticar omissões injustas.

— Kenard Kruei — O senhor acha correto o governo federal, estadual e municipal, a título de incentivo, financiar os meios de comunicação do Estado com boas doações mensais e, enquanto isso, os órgãos públicos, como os museus, as escolas, as bibliotecas, o nosso Teatro, etc, ficarem à míngua e, a cada dia, se acabando mais e mais?

Acho incorretíssimo, mesmo porque esse financiamento anula a autoridade do órgão de comunicação na crítica de atos nocivos praticados na esfera administrativa. No caso inexistiria incentivo, mas cumplicidade das duas partes, o corrupto e o corruptor.

— Kenard Kruei — O senhor acha que, nos dias de hoje, dá para se orgulhar da imprensa que temos, dá para se orgulhar de sermos jornalistas?

Dá. De mim no jornalismo até hoje encontrei razões para minha felicidade intelectual. Orgulho-me da imprensa piauiense. Os seus defeitos dão os mesmos que existem noutras instituições sociais. Orgulho-me de ter como jornalista procurando servir o bom e querido Piauí.



Educação – uma forma de Liberdade

A realidade, às vezes, não é como a gente deseja. O importante é que sempre há alguém disposto a mudá-la para melhor. O despreendimento e a força de vontade dos educadores, ao longo da história, têm mudado a face das civilizações e assegurado a gerações inteiras um legado digno de ser perpetuado: a Educação dos povos!

Graças a isto as sociedades crescem e se libertam de seus estigmas, afirmando-se no tempo como células únicas e engajadas ao mundo.

O Governo Alberto Silva continuará fazendo sua parte para que as relações entre as pessoas sejam cada vez melhores, contando, para isso, com essa legião de seres indispensáveis: os Educadores, e, mais ainda, com você.

28 de abril – dia da Educação

Governo do Estado do Piauí
Secretaria da Educação

O papel social do jornalista

Sabemos os primórdios da imprensa e conseqüentemente a sua vinculação orgânica com o Poder. Os soberanos gregos, egípcios e de outros povos antigos sempre tiveram escritas a seu serviço para falar as coisas do soberano. Trata-se de uma "maldição" que carregamos historicamente - estamos vinculados umbilicalmente ao Poder.

No caso brasileiro, a primeira notícia sobre esta terra é feita em nome da Coroa portuguesa, portanto, em nome do Poder, através da Carta de Caminha a Portugal. Anchieta e outros jesuítas também utilizaram meios de informar aos índios os valores do Poder, seja clerical ou da Coroa.

No entanto, não somos fatalistas, e muito menos quietos, e nesse patamar acreditamos na possibilidade de mudança. Não acreditamos no dito weberiano que sou mais como uma condenação, de que nós, jornalistas, além de políticos demagogos, pertencemos a "uma espécie de casta de párias, sempre estimada pela "sociabilidade" em termos de seu representante eticamente mais baixo" (Weber, 117).

O jornalista pensa que o Poder, sem ele. Acha-se acima da sociedade pela simples proximidade com os governantes. Para o jornalista "não é, na verdade, problema pequeno frequentar os salões dos poderosos em aparente pé de igualdade e, geralmente, ser lioageado por todos, porque é tendo, sabendo porém durante todo o tempo que, mal fechada a porta, o anfitrião talvez, tenha que se justificar perante seus hóspedes pela sua associação com os lixeiros da imprensa" (Weber, 118).

Nesse caso, se temos essa compreensão e aceitamos esses preceitos não será interessante falar-mos sobre o Papel Social do Jornalista, pois esse papel já estaria de antemão definido. Bastaria nos refestelar cotidianamente de bebidas, de almoços e de jantares nos salões dos grandes hotéis, com os donos do poder e poderíamos sorrir da tragédia que se abate sobre o restante da sociedade, especialmente a brasileira, que pede socorro à beira do caso generalizado.

Como falamos antes, acreditamos na possibilidade de mudança da sociedade e, portanto, na mudança de nosso comportamento como profissão. Este tema nos remete para sabermos o que é o jornalista como profissão, qual o objeto de nossa intervenção, ou seja, especificar esse objeto como direito, no sentido de que todos os cidadãos têm garantido o acesso e uso dos meios de comunicações social. Direito não só de receber, mas também de transmitir mensagens através dos veículos disponíveis. É também dever do Estado garantir esta possibilidade.

Interessante, também, é termos claro que estamos inseridos numa sociedade de classe que se enfrenta, numa dada realidade que exprime em sua lógica uma totalidade social. No capitalismo, nossa prática vai se dar no âmbito das classes fundamentais desse modo de produção, ou seja, na luta entre os proprietários dos meios de produção e os proprietários da força de trabalho.

Nossa prática profissional se dá no contexto de uma prática social que em última análise se conforma numa prática política. Essa prática social se configura como coletiva, uma prática das classes numa dada sociedade, num momento histórico específico, tem uma função social no contexto das



Roberto John

relações de classes, tem uma dimensão política essencial. Resta sabermos a qual classe defendemos ou nos aliamos.

Nosso papel social tem uma repercussão objetiva no conjunto de relações sociais, tem um peso político na medida em que atende a certas exigências - explícitas ou implícitas - do projeto social de uma determinada classe fundamental. Daí, inferimos que as profissões não se definem por si mesmas, sua definição se dá pela função que cumprem na estrutura de classes, sendo determinada socialmente.

Essa função social pode nos levar à manutenção do "status quo" ou nos levar para a transformação da realidade. Nosso exercício profissional pode responder às demandas sociais colocadas ou pelo projeto de classe a que se vincula. Sabemos que temos a burguesia de um lado, e a classe trabalhadora de outro. É uma questão de opção.

Nesse jogo de interesses uma das classes fundamentais toma de assalto o poder do Estado e o coloca em defesa dessa classe. Com a expansão capitalista o Estado ampliou sua função e passa a se intrometer no campo da economia, da ideologia, da administração, controlando o mercado e assumindo o papel de juiz e tutor de todos os campos da sociedade (Luiz Wanderley). Exemplo no PI (Quota Mensal).

Para uma melhor compreensão do nosso papel social, é necessário termos uma apreensão do conteúdo ético que ele encerra. E aqui temos muitos problemas. Existem jornalistas que concebem uma ética própria do jornalista, como se ele fosse abstraído de sua condição de cidadão e o pior, como se o cidadão comum não tivesse nenhuma ética. Mais grave ainda, temos companheiros que não carregam em si nenhuma ética.

Nesse ponto, a objetividade nos tirou muito essa nossa possibilidade ética. Mestre Cláudio Abramo, em a "Regra do Jogo", vincula concretamente o seu papel de jornalista de cidadão e de político ao afirmar: "no meu caso, antes de ser jornalista sou um ser político; o que me interessa de fato é fazer política, é mudar a sociedade brasileira. Acho que a realidade brasileira é cruel demais, me achava na obrigação de mudá-la, mais isso não quer dizer que seja obrigação de todo jornalista".

Muitas vezes confundimos nossa função e nossa ética, com a função e a ética do patrão. Nessa hora nos esquecemos que estamos num todo social, que é afetado negativo ou positivamente pela nossa ação, que precisa de informações sadias, sem os vícios das mentiras e das omissões. Que não deseja informações unilaterais e que sobretudo, precisa também falar. Temos uma obrigação ética de contribuímos para a recuperação da cidadania desse povo que se encontra - quase que na desesperança total, à beira de

adotar como regra "a razão cínica", onde o "engravatado ou descompadado, o delinquente se vê acima da lei". Essa situação do pânico nervoso pode nos levar para duas posições: a absoluta impotência ou a absoluta onipotência. (Jurandir Freire Costa - "Narcisismo em tempos sombrios").

Recorro mais uma vez a Cláudio Abramo que diz: sou jornalista, mas gosto mesmo é de marcenaria. Gosto de fazer móveis, cadeiras, e minha ética como marceneiro é igual à minha ética como jornalista - não tenho duas. Não existe uma ética específica do jornalista: sua ética é a mesma do cidadão. Sintetiza ele - "suponho que não se vai esperar que, pelo fato de ser jornalista, o sujeito possa hater carteira e não ir para a cadeia". O que é ruim para o cidadão é ruim para o jornalista.

Outro tabu, que muitos colegas do Piauí advogam é que não são políticos - esquecem que o são por vocação. O jornalista não pode ser despido de opinião política. Diz Abramo que a própria objetividade buscada por muitos colegas é mal-administrada, por que se mistura com a necessidade de não se envolver. Acha ele que devemos ter opinião, saber onde ela começa e aonde acaba, saber onde ela interfere ou não nas coisas. "É preciso ter consciência" - resume.

O papel do jornalista e o de qualquer cidadão é, defender o seu povo, defender certas posições, contar as coisas como elas ocorreram com o mínimo de preconceito pessoal ou ideológico, sem ter preconceito de ter preconceitos. Nós contamos a terceiros, de maneira inteligível, o que acabou de ver ou ouvir. Devemos saber interpretar coisas como decretos presidenciais, fenômenos geológicos, exploração de um foguete, um desastre de rua, a morte num esgoto da cidade, etc.

Nós não somos o "homo informans" - sem compromisso com nada, às vezes nem com a verdade. É bobagem dizermos que o jornalista tem uma atitude neutra, fria diante das coisas. "O sujeito tem que ser facista ou comunista, não há meio termos. Ou então, católico ou budista. Todos temos uma ideologia e pela qual nos guiamos. Estamos ou não a favor de algo, seja objetivamente ou subjetivamente.

Não cumprimos nosso papel social quando:

1) assistimos a autoridade ou seu funcionário arrogante impedir colegas de exercer a profissão sem esboçar a mínima reação. Se agimos assim nos igualamos ao poder e nos tornamos covardes quando denunciarmos companheiros;

2) quando calamos de maneira inexplicável diante dos escândalos econômicos contra a população, a exemplo do "Rombo dos Contracheques", e pecamos por omissão;

3) quando ouvimos ou relatamos apenas uma das partes do fato noticiado, deixando dúvidas ou omissões;

4) quando depreciamos intencionalmente os processos de organização popular e sindical, sem dar-lhes a devida significação no processo histórico da sociedade;

5) quando deixamos que prefeitos recorram canal nacional de TV para dizer que os alagados são alagados por que querem;

6) quando a autoridade tenta anular a história e combatividade de

entidades de serviços públicos, como a APEP, por exemplo;

7) quando assistimos a morte brutal de inocentes nos esgotos da cidade sem tentarmos verificar a responsabilidade criminal dessas mortes;

8) quando nos intimidamos ou pior, quando nos vendemos, diante da proposta dos assessores de imprensa que querem esconder a verdade e se transformar em co-autores da imoralidade;

9) quando sabemos dos crimes cometidos por grupos econômicos com relação à ocupação do solo urbano, onde Teresina ocupa o lugar privilegiado da Capital dos Latifúndios Urbanos, em detrimento de 45 mil famílias sem teto;

10) quando vendemos nossa força de trabalho a preço vil e não acreditamos no processo de organização da categoria. Quando desrespeitamos nosso Código de Ética. (CÓDIGO DE ÉTICA)

Mas, nem tudo está perdido. Apesar do Poder estar presente historicamente na nossa vida, esboçaram-se reações. Nós negamos até mesmo o nosso verdadeiro dia - Dia da Imprensa. Por uma demanda da Coroa Portuguesa, cria-se em 10 de setembro de 1808 a "Gazeta do Rio de Janeiro", data que hoje comemoramos, geralmente festivamente, o nosso Dia. No entanto, é preciso que resgatemos o verdadeiro dia da Imprensa. Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, cria a 1º de junho de 1808 o primeiro jornal brasileiro, embora impresso em Londres. "O Correio Brasileiro", que entrava contrariando a vontade do Império, pela clandestinidade.

Esse mesmo Hipólito da Costa, já aquela época, aponta para esse papel social ao escrever no editorial do primeiro nº do jornal o seguinte: "o primeiro dever do homem em sociedade é ser útil aos membros dela; e cada um deve segundo suas forças físicas, ou morais, administrar, em benefício da mesma, os conhecimentos, ou talentos, que a natureza, a arte ou a educação lhe prestou. O indivíduo, que abrange o bem geral de uma sociedade, se torna o membro mais distinto dela: as luzes, que ele espalha, tirando das trevas ou da ilusão aqueles, que a ignorância precipitou no labirinto da apatia, da inépcia, e do engano. Ninguém mais útil pois do que aquele que se destina mostrar, com evidência, os acontecimentos do presente, e desenvolver as sombras do futuro. Tal tem sido o trabalho dos redatores das folhas públicas, quando estes, munidos de uma crítica sã, e de uma censura adequada, representam os fatos do momento, as reflexões sobre o passado e as sólidas conjecturas sobre o futuro".

Finalizo com a colocação do mesmo Hipólito: "Feliz eu, se posso transmitir a uma nação longínqua... e sossegada, na língua que lhe é a mais natural e conhecida, os acontecimentos desta parte do mundo, que a confusa ambição dos homens vai levando ao estado da mais perfeita barbaridade. O meu único desejo será de acertar na geral opinião de todos, é para o que a esta empresa dedico todas as forças, na persuasão de que o fruto do meu trabalho tocará a meta da esperança a que me propus".

Roberto John Gonçalves da Silva

Registro nº 693 - DRT/PI

Jornalistas do serviço público terão enquadramento no Estado

Jornalista no serviço público, atualmente, é tudo, menos jornalista. Para corrigir tal situação, o Sindicato pretende apresentar ao governador Alberto Silva o presente Projeto de Lei, que cria o Quadro de Jornalistas na Assessoria de Imprensa e Comunicação do Estado. O Projeto de Lei, elaborado pelo advogado Paulo Henrique do Couto Machado, encontra-se aberto à discussão da categoria. Com pequenas alterações, igual Projeto será enviado, também, ao prefeito Heráclito Fortes, a fim de que o mesmo determine regulamentar a profissão na Prefeitura Municipal de Teresina.

Cria o Quadro de Pessoal Técnico e Administrativo da Assessoria de Imprensa, define as nomenclaturas dos cargos que o integram, a forma de provimento, estabelece a forma de lotação e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Quadro de Pessoal Técnico e Administrativo da Assessoria de Imprensa, Órgão da Administração Pública Centralizada, no Estado do Piauí.

§ 1º - As nomenclaturas dos cargos e os quantitativos de vagas integrantes do quadro de Pessoal Técnico e Administrativo da Assessoria de Imprensa são os definidos e fixados no Anexo I, que integra esta Lei.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo poderá lotar, em caráter transitório, os servidores públicos integrantes do

Quadro de Pessoal Técnico e Administrativo da Assessoria de Imprensa, nos órgãos e Entes da Administração Pública Estadual, por Ato Administrativo específico, assegurando a permanência de setenta por cento, pelo menos, no Órgão de lotação originária.

Art. 2º - Os servidores públicos integrantes do Quadro de Pessoal Técnico e Administrativo da Assessoria de Imprensa serão regidos pelas normas do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado.

Parágrafo Único - Os direitos, garantias, prerrogativas e vantagens decorrentes do exercício regular da profissão de jornalista são assegurados aos titulares dos cargos públicos efetivos de carreira de jornalista que integrem o Quadro de Pessoal Técnico e Administrativo da Assessoria de Imprensa, em conformidade com a legislação específica disciplinadora da referida profissão.

Art. 3º - Os servidores públicos integrantes do Quadro de Pessoal Técnico e Administrativo da Assessoria de Imprensa terão os seus vencimentos reajustados na data em que forem reajustados os vencimentos e os salários dos servidores públicos estaduais, ressalvados os índices e as datas de reajustes referentes aos vencimentos dos jornalistas, que serão fixados em estrita obediência aos índices e datas dos reajustes definidos na legislação específica disciplinadora do exercício regular da profissão de jornalista.

Art. 4º - Os cargos públicos efetivos de carreira e isolados, integrantes do Quadro de Pessoal Técnico e Administrativo da Assessoria de Imprensa, serão providos mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, que será realizado pela Secretaria de Estado da Administração, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da data em que esta Lei entrar em vigor.

§ 1º - Aos servidores públicos lotados na Assessoria de Imprensa, até à data em que esta Lei entrar em vigor, são assegurados os direitos, garantias, prerrogativas e vantagens decorrentes do tempo de serviço, no caso de aprovação no concurso público a que faz referência o caput deste artigo.

§ 2º - Os servidores públicos lotados na Assessoria de Imprensa, até à data em que esta Lei entrar em vigor, terão

suas inscrições no concurso público a que faz referência o caput deste artigo efetivadas pela Secretaria de Estado da Administração.

§ 3º - O tempo de serviço efetivo dos servidores públicos lotados na Assessoria de Imprensa, até à data em que esta Lei entrar em vigor, servirá de título para efeito de classificação, quando da realização do concurso público a que faz referência o caput deste artigo.

§ 4º - Os servidores públicos lotados na Assessoria de Imprensa, até à data em que esta Lei entrar em vigor, que não lograrem aprovação no concurso público a que faz referência o caput deste artigo, serão, no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes à homologação do referido concurso público remanejados para os Quadros de Pessoal dos Órgãos e Entes da Administração Pública Estadual, obedecidos os critérios de necessidade do serviço público e capacitação profissional do servidor público.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina - Piauí, de 1989.

GOVERNADOR DO ESTADO
SECRETÁRIO DE GOVERNO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Jornalistas participam da Constituição Estadual

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Piauí vem participando da Plenária Popular Pró-participação na Constituinte Estadual do Piauí, juntando-se a cerca de 27 entidades sindicais populares e da Igreja, além de partidos políticos. Essa iniciativa visa garantir na Constituição estadual os avanços conquistados na Constituição Federal e ampliar os espaços de participação popular nos destinos do Estado.

A Plenária Popular entregou 13 propostas para a Ordem Econômica e Social, versando sobre Educação, Saúde, Política Agrária e Agrícola, Meios de Comunicação Social, Família, Adolescente e Idoso, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia que foram recebidas por deputados e incluídas no Anteprojeto "A", já concluído.

O Sindicato apresentou uma proposta baseada nos congressos da categoria que visa a democratização dos meios de comunicação social em termos de participação da comunidade na produção e veiculação de informações. O ponto central da proposta entregue pelo Sindicato é a proibição do Estado destinar recursos públicos para empresas de comunicação, com fins lucrativos, seja na forma de investimentos, auxílio ou subvenção.

No anteprojeto "A" está contemplado o capítulo VI da Comunicação Social, que diz o seguinte: "No cumprimento às determinações da Constituição da República sobre a comunicação, o Estado do Piauí, sem prejuízo de outras ações: 1) - incentivar o pluralismo e a multiplicidade

das fontes de informações; 2 - facilitar o acesso dos profissionais da comunicação às fontes de informações; Parágrafo único - É vedada a destinação de recursos públicos a instituição privada de comunicação, na forma de investimento, auxílio ou subvenção".

O Sindicato deverá apresentar uma Emenda que contemple a criação do Conselho Estadual de Comunicação Social, com a participação de entidades da sociedade civil na sua composição, assim como a criação de um sistema público de comunicação.

A Plenária onde estamos representados pelo companheiro Roberto John, deverá recolher assinaturas de eleitores para a reapresentação de Emendas Populares, que precisam de 500 assinaturas cada. O eleitor pode assinar até cinco emendas, bastando para isso procurar os postos que estão instalados nas praças Pedro II, Rio Branco e João Luiz, na Universidade Federal do Piauí, nas celebrações da Igreja no domingo e nas associações e sindicatos do interior munido do número do título de eleitor. Os jornalistas devem se engajar nesse processo abrindo espaços para a divulgação da referida Plenária. Eis na íntegra a proposta apresentada pelo Sindicato:

CAPÍTULO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. - A livre manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo e veículo não sofrerão qualquer restrição, respeitada a Cons-

tituição Federal.

Art. - O Estado, reconhecendo que a Comunicação é um bem cultural e um direito inalienável do cidadão, incentivará:

I - O pluralismo e a multiplicidade das fontes de informações;

II - O acesso dos profissionais de comunicação às fontes de informações, sem restrições;

III - O acesso de todo cidadão, ou grupo social, às técnicas de produção e de transmissão de mensagens;

IV - O acesso de todo cidadão, ou grupo social, às mensagens que circulam no meio social;

V - A participação da sociedade, através de suas entidades representativas, na definição das políticas públicas de comunicação;

VI - A imprensa, a produção cinematográfica e a programação da radiodifusão regionalizada, que reflitam as manifestações culturais locais e absorva a mão-de-obra especializada da região;

VII - O surgimento de emissoras de radiodifusão de baixa potência geradas por entidades educacionais, culturais e que representem a sociedade civil.

Art. - O Estado desenvolverá uma política de comunicação social, visando operar canais de radiodifusão educativas ou privados em convênio com municípios, através de Fundações ou Empresa Públicas por elas instituídas, e dirigidas por órgãos colegiados com a participação de entidades representativas da sociedade civil no âmbito geográfico de atuação das emissoras na forma da

Lei.

Parágrafo único - Fica o Poder Legislativo autorizado de disciplinar as fundações instituídas ou subvenções pelo Estado.

Art. - O Estado fica autorizado, na forma da Lei, a criar um Fundo para o desenvolvimento da Comunicação Social que priorizará:

I - Perseguir a autonomia tecnológica e industrial na produção de equipamentos e materiais nos setores de telecomunicação e radiodifusão e imprensa;

II - Desenvolver a pesquisa de novas tecnologias de comunicação;

III - Incentivar a pesquisa de equipamentos de radiodifusão de maior qualidade e menor potência e cursos, que amplie a possibilidade de acesso a vários segmentos da sociedade à comunicação por meios eletrônicos;

IV - A criação de infra-estrutura adequada à regionalização e à municipalização de produção e veiculação radiofônica e cinematográfica.

Art. - O Estado aplicará anualmente, o percentual de .../o no mínimo para Fundações ou Empresas Públicas da Comunicação Social.

Parágrafo único - É vedada a destinação de recursos públicos a instituição privada com fins lucrativos, seja na forma de investimentos, auxílio ou subvenção.

Art. - Para efeito do exposto neste capítulo a Assembleia Legislativa do Estado do Piauí criará o Conselho Estadual de Comunicação Social, garantida a participação da sociedade civil da forma da Lei.